

Organização social e fortalecimento das comunidades dos agricultores do açaí (*Euterpe oleracea mart.*) no município de Anajás-PA

Social organization and empowerment of açaí farmers' communities (*Euterpe oleracea mart.*) in the municipality of Anajás-PA

Thaís Cássia Fonseca

Unversidade da Amazônia

Rosecélia Moreira da Silva Castro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8382-8636>

Unversidade da Amazônia

E-mail: rosecelia.castro@gmail.com

Maria de Lourdes Pinheiro Ruivo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6222-5534>

Museu Paraense Emílio Goeldi

E-mail: ruivo@museu-goeldi

Mauro Margalho Coutinho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4774-1661>

Unversidade da Amazônia

E-mail: mauro.margalho@unama.br

Seidel Ferreira dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6049-1188>

Unversidade do Estado do Pará

E-mail: seidelsantos@uepa.br

Vitor William Batista Martins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4891-8630>

Unversidade do Estado do Pará

E-mail: vitor.martins@uepa.br

Reimison Moreira Fernandes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7526-0438>

Unversidade do Estado do Pará

E-mail: moreira.caldas97@gmail.com

Eliane de Castro Coutinho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3152-7828>

Unversidade do Estado do Pará

E-mail: elianecoutinho@uepa.br

RESUMO

O número de estudos com foco na cultura do açaí e no modo de vida das comunidades ribeirinhas, principais responsáveis pela demanda pelo açaí, vem aumentando a cada ano. Esta pesquisa explora os aspectos sociais da organização familiar de produtores de açaí no município de Anajás-PA, especificamente nas comunidades Alto Rio Anajás, Bom Futuro, Monte Carmelo e Vencedora. Utilizando metodologia qualitativa, o estudo tem como objetivo avaliar a organização familiar e comunitária tradicional no ciclo produtivo, identificando as necessidades de políticas públicas e incentivos para apoiar a agricultura familiar. Os instrumentos de coleta de dados incluíram pesquisa de campo documental empírica, entrevistas informais e semiestruturadas, questionários conduzidos por meio de conversas informais, e observações cotidianas do modo de vida de famílias ribeirinhas tradicionais que cultivam açaí. Os achados revelaram a ausência de políticas públicas nas comunidades pesquisadas, sejam elas de inclusão social das famílias e dos jovens, ou de acessos a projeto de desenvolvimento sustentável para melhor organização social e manejo adequado das áreas. Para isso, foi aprovado um projeto de Lei na Câmara Municipal de Anajás para criação de um aplicativo para cadastramento de extrativistas, agricultores, coletores, e pequenos agricultores do município de Anajás, com intuito de mapear e aprimorar a produção e renda dos municípios.

Palavras-chave: Assistência social; Economia local; Projeto de lei.

ABSTRACT

The number of studies focusing on the açaí culture and the way of life of riverside communities, who are primarily responsible for the demand for açaí, has been increasing every year. This research explores the social aspects of family organization among açaí producers in the municipality of Anajás-PA, specifically in the communities of Alto Rio Anajás, Bom Futuro, Monte Carmelo, and Vencedora. Using qualitative methodology, the study aims to evaluate the traditional family and community organization within the production cycle, identifying the needs for public policies and incentives to support family farming. Data collection methods included empirical documentary field research, informal and semi-structured interviews, questionnaires conducted through informal conversations, and daily observations of the way of life of traditional riverside families involved in açaí cultivation. The findings revealed the absence of public policies in the researched communities, be they social inclusion of families and young people, or access to a sustainable development project for better social organization and proper management of the areas. For this purpose, a bill was approved by the Municipality of Anajás to establish an application for registering extractivists, farmers, collectors, and small-scale farmers in the municipality of Anajás. The objective is to map and enhance the production and income of the local communities.

Keywords: Social assistance, Local economy, Project law.

INTRODUÇÃO

O açaí (*Euterpe oleracea mart.* – família *Arecaceae*) é uma espécie nativa da bacia do rio Amazonas. Cresce em touceiras de até 20 hastes que, juntas, podem produzir 120kg de fruto por ano, ou até mais em sistemas de manejo (OLIVEIRA; SCHWARTZ, 2018). Sua ocorrência é mais frequente às margens dos rios, sendo encontrada, principalmente, na região Norte do Brasil nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá, estendendo-se para as Guianas e Venezuela (GOMES, 2011).

Atualmente, inúmeros debates ocorrem acerca dos movimentos sociais, sobretudo, a busca pela efetivação e a garantia das políticas públicas quanto aos direitos sociais, de modo a promover políticas sociais que reconheçam classes e grupos no que concerne a essas questões, reforçam a necessidade de compreender ideias, valores e interesses que desempenham papéis diferentes no decorrer da existência. Segundo Mota (2014), a implementação das políticas públicas nas sociedades capitalistas também está sujeita a interferência de cenários macroeconômicos de crise ou estabilidade.

Partindo desse contexto, Yazbek (2016) examina criticamente vários dilemas, desafios e tendências que confrontam as políticas públicas no cenário moderno, particularmente aquelas voltadas para o enfrentamento da desigualdade social e da pobreza em espaços nos quais, cotidianamente, administramos as profundas transformações que ocorrem na política social.

As políticas públicas podem ser entendidas como a maneira pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais (SILVA; DORNELAS, 2017). De modo que é atribuída à descontinuidade de um processo em curso de universalização dos direitos sociais, conquistado por meio da luta social, está sendo substituído por políticas e programas universais voltados especificamente para a pobreza e a extrema pobreza.

Tradicionalmente, a extração do fruto do açaí vem sendo feita pelo trabalho de peconheiros amazônicos, esses homens e mulheres utilizam-se de seu saber da floresta para a retirada do fruto do açaí. A questão apresentada decorre da não organização de classe, na verdade, de uma organização social familiar e comunitária, que evidencia as “fragilidades” de homens e mulheres frente aos atravessadores, como também a ausência de organização no escoamento e no planejamento na cadeia de valores. A questão açaí tem “invisibilidade” pelo poder público local do município, o que deixa de garantir parcerias ou intervenções técnicas que possam organizar ou potencializar essa produção.

É um compromisso e dever conhecer a realidade social e econômica que gera grande instabilidade financeira na vida da população ribeirinha, estas tidas como população tradicional. Buscando, a partir de então, entender como e com quem os camponeses “ribeirinhos” aprenderam as práticas de manejos adotadas e seus sistemas de produção e como o contato com outros pesquisadores influenciam na consolidação do sistema (QUARESMA *et al.*, 2015), permitindo que esses agentes de proteção de áreas naturais compreendam a necessidade de protegê-los, visto que apresentam um dos modos de vida humana capaz de coexistir dentro de certo equilíbrio com a natureza.

Em visto disso, será possível entender o resultado da organização sociotécnica do trabalho, sobretudo, a familiar para que possa atingir com segurança mais lucratividades com sua produção, além de se poder verificar as famílias e as comunidades ribeirinhas que necessitam de apoio de programas e Serviço Social, organização sindical ou cooperativa, cujo propósito seja o de oferecer segurança social e intervir para que possam ter apoio de técnicos.

A desigualdade em que os Marajós estão imersos revela a imensa vulnerabilidade social, que, historicamente, vem atingindo a população. Essa questão fica evidente nos sujeitos que vivem da extração do açaí com sua negação histórica, a ausência de políticas públicas na organização/orientação, que são fatores predominantes a esses sujeitos (ANDRADE *et al.*, 2018).

O objetivo desta pesquisa foi avaliar o método tradicional de organização familiar e comunitária de comunidades ribeirinhas, identificando as necessidades de políticas públicas e fomentos para agricultura familiar.

MÉTODOS

A pesquisa foi realizada em três comunidades ribeirinhas, localizadas no município de Anajás (Figura 1), denominadas de comunidade Bom Futuro, Monte Carmelo e Vencedora. O município de Anajás está localizado na Mesorregião do Marajó, que é subdividida em três microrregiões (Furo de Breves, Arari e Portel), englobando todos os municípios do arquipélago do Marajó.

Situa-se na microrregião de Furos de Breves, ao lado de outros municípios que compartilham características socioeconômicas semelhantes, girando em torno de atividades extrativistas, pecuária e agricultura familiar. Estes incluem os municípios de Breves, Afuá, Anajás, São Sebastião da Boa Vista, Ponta de Pedra, Muaná e Currealinho.

O município de Anajás conta com uma população de ribeirinhos, cuja sua subsistência depende da cultura do açaí tanto para exportação do palmito quanto da coleta e exportação do fruto do açaí.

Figura 1 – Localização do município de Anajás no Pará e no Brasil



Fonte: Site do Município Anajás (2021).

Anajás está posicionada como o centro geográfico da Ilha do Marajó, conhecida como uma das cidades mais deslumbrantes do Pará. Pertence à mesorregião do Marajó e à microrregião de Furos de Breves, abrangendo uma extensão territorial de 6.672 km² (IBGE, 2010).

Situada às margens do Rio Anajás, a cidade de Anajás está localizada no centro da Ilha do Marajó. Suas coordenadas geográficas são 00° 59' 13" de Latitude Sul e 49° 56' 24" de Longitude Oeste, com altitude de 10 metros acima do nível do mar. Situada na margem esquerda do Rio Anajás, no ponto de sua confluência com o Rio Mocoões. Centro da Ilha do Marajó, como é conhecida a cidade de Anajás é uma das que mais cresce no Pará.

Este estudo se enquadra no modelo de delineamento de pesquisa de levantamento de dados qualitativos, caracterizando-se pela investigação direta com pessoas para conhecer o comportamento. Baseia-se nas informações colhidas de um grupo significativo de pessoas acerca de um problema, com o objetivo de colaborar para a ampliação do debate sobre a organização social no interior das comunidades ribeirinhas, em especial, as localidades do alto rio Anajás, Vencedora, Bom Futuro e Monte Carmelo,

analisando as estratégias de organização desenvolvidas pelas lideranças comunitárias, as formas de como elas se organizam, bem como o acesso aos bens e serviços sociais ofertados pelo poder público, analisando suas relações sociais e dinâmica organizativa.

Constatou-se não existir registros históricos e documentais das comunidades Vencedora, Bom Futuro e Monte Carmelo nos principais órgãos municipais: Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Saúde, limitando, assim, a aquisição de dados históricos da comunidade estudada. Os dados aqui relacionados são objetos da pesquisa de campo com 48 famílias das localidades citadas e pesquisa bibliográfica em artigos, livros relacionados à Arqueologia e História do Arquipélago do Marajó e pesquisa nos dados disponibilizados pelo IBGE (2010).

A pesquisa buscou atingir o público das comunidades em questão, especialmente, os produtores e os peconheiros, que estão vulneráveis à escassez e à deficiência das políticas públicas, alcançando aqueles que não possuem informações suficientes para terem, de forma digna, a garantia de um trabalho mais valoroso e sustentável. Compreendendo o universo no qual estão inseridos e as formas tradicionais de organização familiar e comunitária, além de seu contexto histórico, social e econômico. Sendo, a partir de então, realizadas entrevistas e aplicação de questionários, conversas informais e observação dos entrevistados e entrevistas semiestruturadas, distribuição de questionários semiabertos, direcionando a comunidade às várias áreas do conhecimento, com registros etnográficos, fotográficos e de coordenadas geográficas.

A metodologia qualitativa corresponde às informações *in loco*, acompanhando a rotina e o cotidiano das comunidades em reuniões e encontro com lideranças, efetivando-se através da aplicação de questionários semiestruturados, entrevistas, observação participante, conversa semi-informal, relatos e registros fotográficos. Essa metodologia busca entender fenômenos humanos, buscando deles obter uma visão detalhada e complexa por meio de uma análise científica do pesquisador. Segundo Knechtel (2014, p. 101-102), as principais características da pesquisa qualitativa são: ressaltar a natureza socialmente construída da realidade; estabelecer relação entre o pesquisador e o objeto de estudo; possuir ênfase nas qualidades e nos processos, com destaque para a forma como a experiência social é criada e adquire significado; utilizar entrevistas e observação detalhada (métodos interpretativos); estudar casos específicos; valorizar as descrições detalhadas; fazer uso de narrativas históricas, materiais biográficos e autobiográficos.

Um dos autores deste trabalho, conhece e realiza observações sobre a realidade e cotidiano dos participantes entrevistados (comunidade, atravessadores) desde o ano de 2015, quando exerceu a função de assistente social no município, e depois exercendo o mandato de quatro anos como vereadora, por isso muitas informações são de observações ao longo deste período de vivência.

A primeira etapa da pesquisa buscou, pelo método qualitativo, uma análise exploratória de referenciais teórico com o respaldo de literaturas que tratam das relações econômicas, sociais e formas de organizações sociocultural em contexto ambiental, e as formas e as garantias de associativismo e cooperativismo, fundamentados pelas teorias da nova economia institucional e pelas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e local, considerando as peculiaridades e as particularidades dos povos amazônicos.

A segunda etapa constou de diagnóstico dos programas e projetos garantidos pelas comunidades tradicionais em seu aspecto amazônico, identificando elementos que compõem os aspectos de organização familiar e comunitária, bem como a efetivação das políticas públicas locais. A terceira etapa correspondeu à coleta de dados distinta, entrevistas e aplicação de questionários semiabertos, conversas informais e observação dos entrevistados, entrevistas semiestruturadas com registros etnográficos, fotográficos e de coordenadas geográficas. A aplicação de questionários com questões abertas nos seguintes campos: I – Dimensão Econômica, II – Dimensão Ambiental. O formulário de aplicação contou com 20 perguntas de carácter objetivo (com alternativas) e subjetivo.

A quarta etapa tratou da análise dos instrumentos de forma qualitativa para a proposta de um Projeto de Lei Municipal e Emenda Orçamentária para a garantia de um aplicativo para Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Anajás.

A análise das informações, por meio dos questionários abertos, observação e relatos, possibilitou obter os dados necessários que serviram de instrumentos na forma qualitativa. Após a organização, estes foram analisados considerando as características socioeconômicas e ambientais, as estimativas de produção e a influência da comercialização de açaí na região ribeirinha de Anajás-PA. Sendo os conteúdos obtidos em relatos gravados, transcritos em sua íntegra, como forma de pesquisa, obtenção e geração de conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer da pesquisa, o Baixo Rio Anajás ainda não aderiu a uma forma sustentável de manejo e produção, com características, ainda, alto extrativista do palmito e da madeira. Porém, os baixos valores econômicos dificultam melhores padrões de vida e formação de organizações sociais, associações e cooperativas no sentido de fortalecimento de sua cadeia produtiva.

Não existe um gerenciamento e a participação social na construção das políticas públicas locais na região do Marajó de Florestas, com foco às pessoas e suas relações com o desenvolvimento local, com a finalidade de fortalecimento do processo democrático e a qualidade de vida desses sujeitos. Essas comunidades estão expostas a exploração do uso do seu trabalho manual, devido falta de conhecimento do valor econômico do trabalho que exercem, onde não são valorizadas, e políticas públicas que possam dar suporte e técnicas para valorização do trabalho que realizam, desde a coleta até o destino, chegando às mãos dos atravessadores.

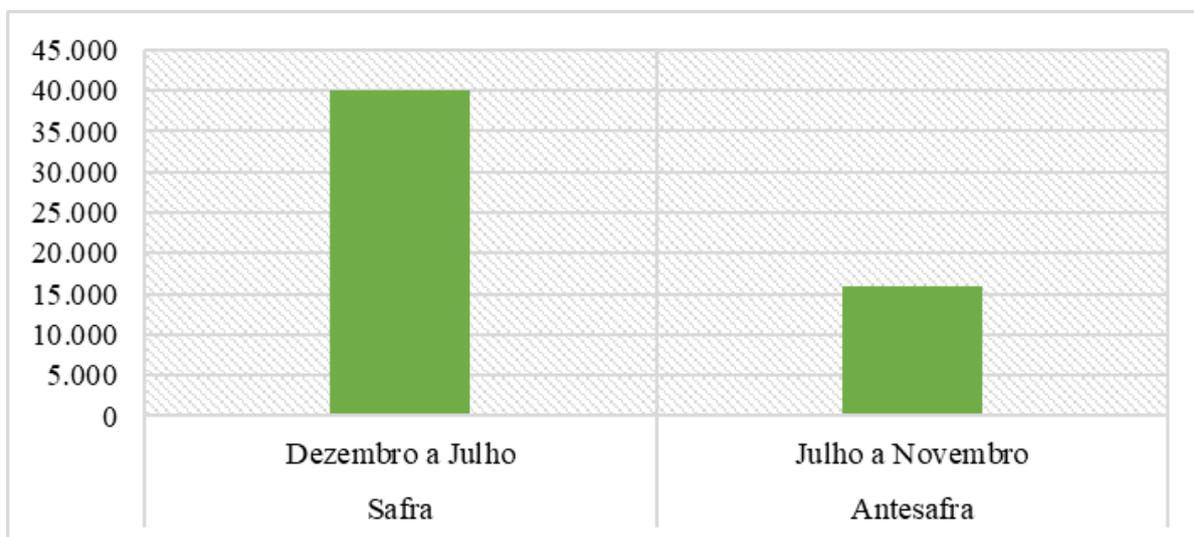
Após relato colhido com dois proprietários de geleiras/atravessador, verificou-se que saem, diariamente do município de Anajás, entre 15 e 17 mil rasas/peneiros de açaí, o que corresponde a um total estimado entre 180 mil a 204 mil toneladas de açaí, considerando que a produção mais expressiva da safra ocorre entre os meses de dezembro e junho (Figura 2), posto que, durante a entressafra, há uma produção expressiva do fruto. Sendo o preço aqui variado, sem um tabelamento e formação fixos, o que oscila a economia anual desses produtores.

Conforme relato, foi informado que, no meio da safra, o menor valor atribuído ao açaí in natura que foi comprado por geleiras foi de até R\$ 8,00, sendo que este é vendido, em média, por R\$ 16,00 para as fábricas e os portos de açaí, em especial, na Feira do Açaí e no Porto da Pedra, ambos no município de Belém. Vale ressaltar que, no final da safra, esses valores elevam-se, duplicando seus preços, chegando a ser vendidos entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00. Não obstante, algumas dessas geleiras possuem contratos com a fábricas de Barcarena-PA, Santana-AP e Castanhal-PA, o que permite que o fluxo de compra e venda seja constante.

Isso nos remete, aqui, a um levantamento econômico mensal sobre do produto açaí in natura no município de Anajás, no período da safra, considerando os dias da semana, é garantida uma média mensal mínima de R\$ 2.400.000,00 para as comunidades ribeirinhas dessa região. Um fator interessante e que nos remete à reflexão é a forma como

esses produtores/peconheiros deveriam se organizar e garantir maior valorização de seus produtos, por meios de Organização Social, associativismo e cooperativismo.

Figura 2 – Valor aproximado de peneiros de açaí coletados por dia na safra e ante safra no município de Anajás-PA



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

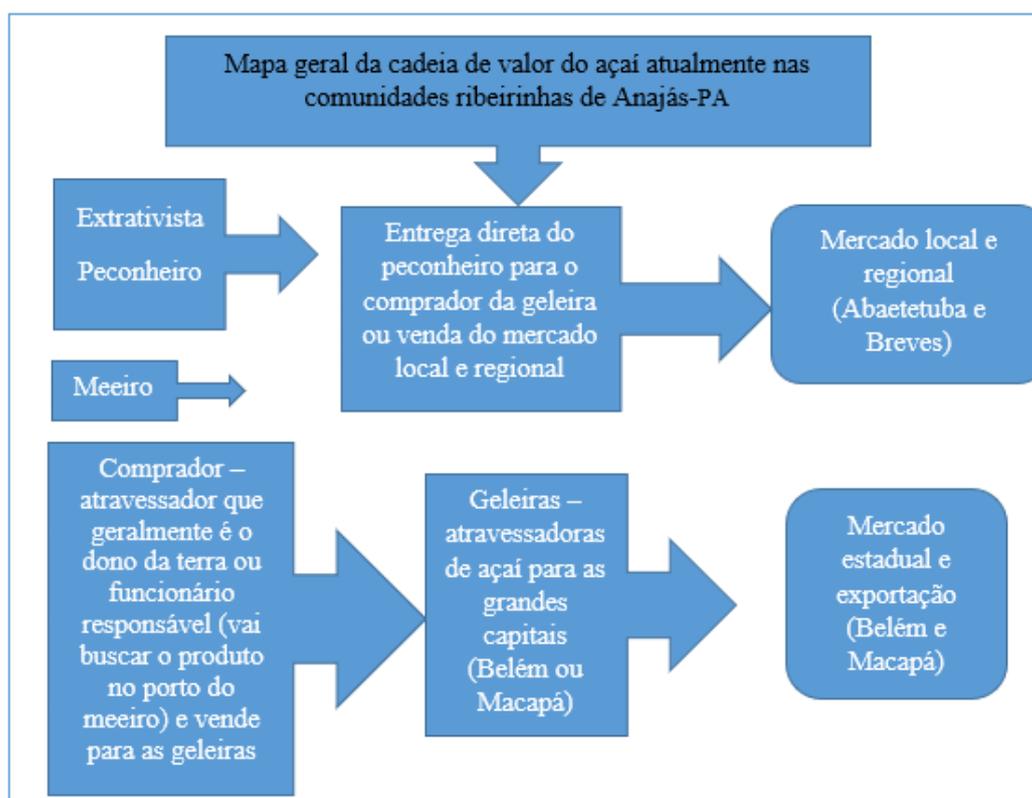
Cabe destacar que outro fator, relevante na economia do município, é Fundo Municipal de Anajás, com o qual grande parte da população tira seu sustento, em especial, a população urbana e os filhos dos produtores rurais, que procuram a cidade como meio de melhoria de vida e de refúgio para uma perspectiva profissional. Conforme levantamento de dados, a folha de pagamento do Município totaliza uma receita bruta de R\$ 4.556.788,31, distribuídos entre o meio urbano e rural.

Além desses meios, até agosto de 2020, 6.844 famílias estão inscritas no CadÚnico do Governo Federal, o que prioriza, nos critérios de seleção, as famílias mais vulneráveis e que estejam em situação de risco pessoal e social, atendendo tais critérios grande parte das famílias ribeirinhas, as quais são cadastradas como extrativista, o que as prioriza no processo de seleção, sendo o valor total, recebido de benefício pelas famílias cadastradas no município, um total de R\$ 404.165,00. Não estão expostos, aqui, os valores como BPC e auxílios previdenciários, que também muito contribuem para o desenvolvimento das pessoas com deficiência e idosos no processo de longevidade.

A Figura 3 apresenta um exemplo de como funciona a atual cadeia produtiva dos ribeirinhos, a produção da polpa, produzida localmente, no momento, ainda não é possível para exportação por falta de insumos e incentivos na implantação de uma cadeia produtiva, que beneficie as famílias ribeiras, como a criação de sindicatos, associações

ou cooperativas dos produtores locais. Os produtores do açaí ainda não possuem um local específico para comercialização dos peneiros do açaí na cidade de Anajás-PA, de forma que as vendas são feitas diretamente aos batedores de açaí, com isso, não existe um tabelamento de preço e a variável é constante nos preços, fazendo com que os ribeirinhos deixem de trazer suas coletas para venda local, preferindo entregar aos atravessadores das geleiras, em razão destes terem uma precificação sem muita oscilação.

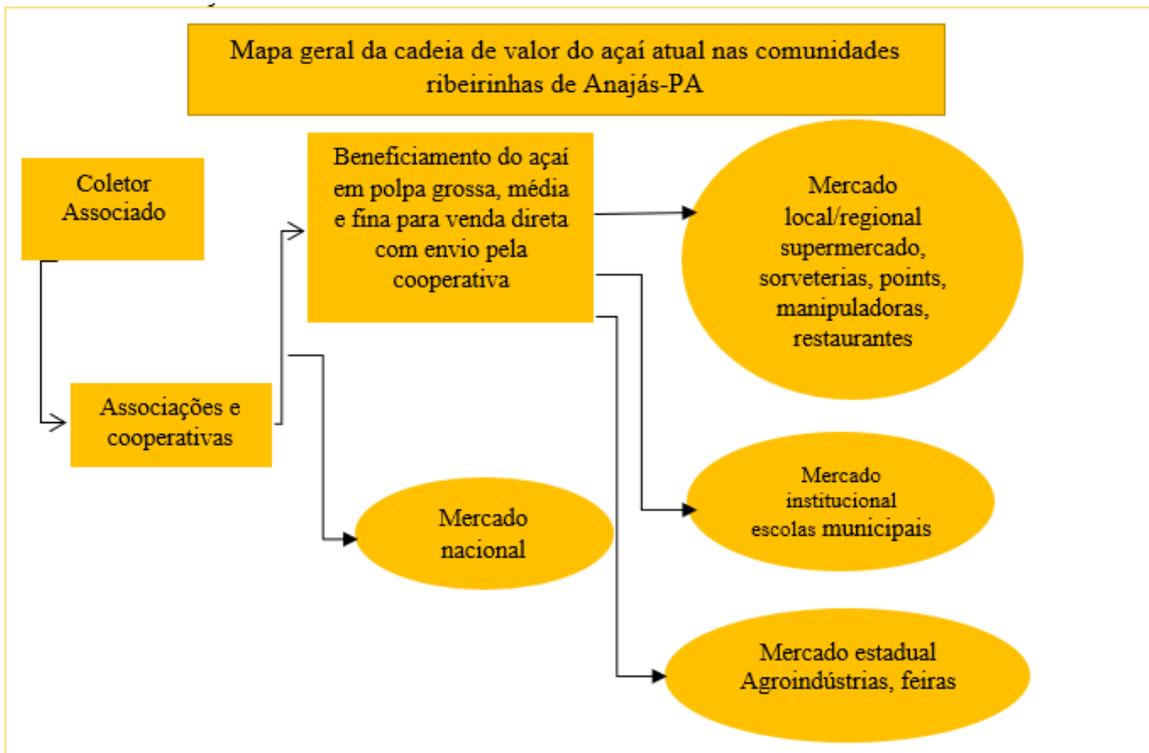
Figura 3 - Cadeia produtiva de açaí nas comunidades ribeirinhas em Anajás-PA



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo e nas observações das comunidades tradicionais ribeirinhas (2020).

A Figura 4 representa a proposta para valorização da cadeia produtiva do açaí no Município de Anajás-PA, considerando que mais de 90% dos entrevistados, nesta pesquisa, têm suas rendas baseadas no cultivo, na coleta e na venda do fruto do açaí. Em termos econômicos, os municípios do Marajó apresentam baixo dinamismo, considerando a existência de grande riqueza natural, os dados do Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 não indicaram nem 3% dessa região no total estimado para o Estado (IBGE, 2015).

Figura 4 - Proposta para valorização da cadeia produtiva do açaí nas comunidades ribeirinhas de Anajás-PA



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo e nas observações das comunidades tradicionais ribeirinhas (2020).

Segundo Faleiros (1991, p. 45; 80), as políticas sociais devem ser entendidas como produto histórico concreto a partir do contexto da estrutura capitalista. Com isso, as políticas sociais são formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o processo de exploração capitalista e dentro do processo de hegemonia e contra hegemonia da luta de classes. [...] as políticas sociais, apesar de aparecerem como compensações isoladas para cada caso, constituem um sistema político de mediações que visam à articulação de diferentes formas de reprodução das relações de exploração e dominação da força de trabalho entre si, com o processo de acumulação e com as forças políticas em presença.

Nas comunidades alvo desta pesquisa, nota-se a ausência de políticas públicas para a comercialização do açaí, pois o desenvolvimento local só será possível com a integração do ribeirinho com os demais centros urbanos e com o mercado internacional, sem mediação de atravessadores e sempre presando pela sustentabilidade do desenvolvimento. O PRÓ-AÇAÍ (2016, p. 7) visa “a intensificação dos trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, voltada, primordialmente, à capacitação e o assessoramento dos produtores rurais, visto que as áreas nativas já estão sendo

exploradas ao seu limite”. Nesse sentido, o manejo e o enriquecimento, nas áreas de várzeas, contribuem, diretamente, para a renda dos ribeirinhos, bem como ajuda a preservar o ecossistema.

Compreendendo a gênese da política social brasileira, as políticas públicas, implantadas para os municípios, são voltadas para o desenvolvimento do sistema capitalista em vigor no Brasil, mas os estudos de vários pesquisadores e de instituições, voltadas a P&D com infraestrutura de laboratório e recursos humanos altamente qualificados na área das ciências agrárias, a exemplo da Embrapa, UFRA, CEPLAC; UFPA, UEPA, EMATER, SEBRAE, SENAR, entre outros, fizeram com que o PRÓ-AÇAÍ fosse desenvolvido pensando no crescimento-desenvolvimento e enriquecimento com consciência ambiental e SAFs (Sistema Agroflorestal), visando a preservação do ecossistema também. É possível desenvolver uma cadeia produtiva de alta demanda de comercialização sem prejudicar o meio ambiente.

Ainda sobre as políticas públicas para a cadeia produtiva do açaí, o Decreto nº 6.040, 2007 (BRASIL, 2007), instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais e conta com 4 artigos e 3 incisos, que concedem aos povos e às comunidades tradicionais, que se entende por grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, concede os seguintes nos incisos II e III:

- Espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (Territórios Tradicionais);
- O uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (Desenvolvimento Sustentável).

Os tópicos anteriores teceram reflexos que nos levam para o terreno das possibilidades, levando, ainda, para reflexões sobre como organizar famílias dentro de um ciclo produtivo do açaí, melhorando a dimensão econômica, social e cultural,

envolvendo a cadeia produtiva do açaí e a família dos peconheiros do município de Anajás.

No mercado do açaí no Estado do Pará, as pesquisas desenvolvidas envolvem, em especial, a produção em terrenos de terra firme, demonstrando existir um alto custo na produção no açaí de várzea. A região do Marajó, da qual o município de Anajás faz parte, tem, em sua maioria, plantio de açazais em terreno de várzea.

A região do Marajó tem poucas pesquisas relacionadas a cadeia produtiva do açaí, assim como organização social da comunidade que vive do açaí e que acompanha essa atividade (BORGES *et al.*, 2018). Por conta de poucos trabalhos vinculados aos “peconheiros”, a pesquisa do Projeto PEABIRU vincula os perigos do trabalho no município de Melgaço, embora não se tenha tal pesquisa no município de Anajás, que conta com sua particularidade. Evidenciando, desse modo, a carência de pesquisas que possam levantar as necessidades de proteção social e no trabalho, o apoio técnico que essa localidade precisa, os níveis de proteção social e quais mecanismos podem facilitar a organização da comunidade ribeirinha que vive do açaí no município de Anajás.

O cenário dos peconheiros, em Anajás, vem se mostrando como espaço de pobreza, desproteção e invisibilidade. As famílias dos ribeiros, para ter maior rentabilidade, propõe-se a envolver toda a família na retirada do açaí, fato que evidencia o trabalho infantil e a desproteção de crianças e adolescentes ribeirinhos. Com a organização social, a possibilidade de aumentar os lucros aponta uma alternativa para enfrentar o trabalho infantil entre os peconheiros e a garantia de políticas públicas para inserção não só dos jovens e adultos, mas também das crianças e adolescentes.

Assim com todas essas questões, envolvendo a vida dos peconheiros e suas famílias, faremos uma reflexão das possibilidades que as políticas públicas e sociais podem alcançar para reconhecer essas atividades e distingui-la na agenda econômica do município, ou seja, como importantes protagonistas do desenvolvimento local. Esgotando, dessa forma, as possibilidades de as instituições públicas do município de Anajás apoiarem essa categoria social no território.

No que compete à Prefeitura Municipal de Anajás, poderá oferecer apoio contábil e jurídico para as organizações sociais que almejam se organizar, juridicamente, como pessoa física, possibilitando, assim, que as organizações sociais dos municípios, que queiram se organizar, possam contar com tal apoio, assim como de suas respectivas

Secretarias. Além disso, oferecer orientação sobre o processo licitatório para a venda de seus produtos, a fim de possibilitar uma concorrência justa.

A Secretaria do Trabalho e Promoção Social pode dar suporte na organização e reuniões de famílias através do Serviço de Atendimento Integral às Famílias (PAIF), que funciona no CRAS Yulis Jordan, assim como informar sobre os benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família, o qual detém mecanismos de minimizar as vulnerabilidades sociais. Informar, ainda, sobre a proteção social ligada à Previdência Social e a importância da organização e da contribuição. Os que não contribuem e sofreram limitações de saúde e de idade encaminhar para acesso ao benefício de Prestação Continuada, já quanto aos casos excepcionais, os benefícios eventuais (funeral, natalidade, insegurança alimentar). Para os que necessitam de habitação, a inclusão no programa do Estado do Pará da Companhia de Habitação (COHAB) e a Expansão do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A Secretaria de Saúde pode contribuir com as famílias dos peconheiros, alertando sobre os riscos das principais doenças, perigos e acidentes relacionados ao trabalho dos peconheiros. Alcançando, ainda, as famílias através dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), promovendo consultas, remédios, além de estreitar o atendimento da ambulância, em casos de acidentes, para que seja atendida com imediatividade os pacientes, que podem sofrer acidentes nessa atividade.

Através da Secretaria de Educação, potencializar a educação no meio rural, verificando os casos de evasão escolar, distorção de série e de analfabetismo, necessários para desenvolver, positivamente, o IDH do município, também podendo dar apoio financeiro, incluindo, na merenda escolar, a produção rural: farinha, frutas e, principalmente, o açaí.

A Prefeitura pode incluir, na merenda escolar, o açaí como meio de potencializar essa demanda local do produto, garantindo também apoio jurídico para a organização social e legalização de suas organizações para que possam concorrer aos mesmos níveis no processo licitatório dos produtos. Corroborando como a Lei nº 11.947/09, “que determina o valor mínimo de 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimento Escolar (PNAE)” (BRASIL, 2009).

Os fatores de grupo de liderança e de resistência foram vistos em uma batalha entre os portugueses e as nações originárias, os quais, conforme Araújo (2015), eram

“Aruães, Sacacas, Maruanás, Caiás, Araris, Anajás, Maunás, Mapuás, Pacajás, entre outros e os batizados de Nheengaíbais”, por quase 20 anos, resultando na escravização nas colônias ribeirinhas.

Observa-se que, nos últimos anos, a aquisição dos produtos da agricultura familiar, em específico a polpa do açaí, vem sendo adquirida por cooperativas de municípios vizinhos, exemplo disso é a participação da Cooperativa de Trabalho de Agricultores Familiares de Capanema (COOAF), que ganhou o processo licitatório do ano de 2019, recebendo um repasse da Secretaria de Educação na compra desses gêneros, com um valor bruto de R\$ 352.320,00. Isso demonstra a falta de organização comunitária e familiar no município, fatores que precisam ser fortalecidos junto às comunidades ribeirinhas no sentido de garantia para fornecimento desses produtos à Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social.

Considerando todas as políticas públicas de suma importância para o fortalecimento e empoderamento das comunidades, cabe aqui uma atenção especial à Secretaria de Meio Ambiente, a qual pode facilitar o acesso e a legalização das terras produtivas, evitando conflitos agrários entre posseiros e grileiros, sendo que grande parte da população extrativista não possui nenhum documento oficial (SPU) que reconheça o território que ocupa, dificultando, assim, muitos ribeirinhos a não ter acesso aos programas federais e fomentos, devido à ausência dessa titularidade. Assim como fiscalizar o desmatamento e a degradação ambiental em larga escala, orientando para uma exploração sustentável dos seus recursos naturais.

Observa-se que a organização familiar ribeirinha, nas comunidades Bom Futuro, Monte Carmelo e Vencedora, exercem a relação social comunitária, de acordo com Weber (1973): “Uma relação social denomina-se ‘relação comunitária’ quando e na medida em que a atitude na ação social- no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”.

A Secretaria Municipal de Agricultura possui dois funcionários, constituído de 1 Secretário, e 1 Técnico Agrônomo, evidenciando que, em um primeiro momento, necessita de fortalecimento de profissionais qualificados na área de engenharia agrônômica, topógrafo e engenheiro florestal. Estes poderão dar suporte na demarcação de áreas de projetos florestais, cadastramentos das famílias por níveis de produção agrícola e agroextrativista, valorização do patrimônio cultural de terras indígenas e

quilombolas. Proporcionando, ainda, às comunidades, meios para alcançar projetos socioeconômicos de valorização de cultural e sustentável. Mediando, ainda, projetos, cursos e capacitações em manejos e agricultura familiar.

É necessário que estas instituições públicas possam estar inseridas nos projetos e nas organizações sociais, dando crédito, desenvolvendo um trabalho interligado, dando espaço para técnicos do município.

Essa pesquisa proporcionou as comunidades estudadas a aprovação de um Projeto de Lei, para Secretaria Municipal de Agricultura e a de Meio Ambiente do Município de Anajás, dispõe sobre a criação de aplicativo. A aprovação do projeto de lei pode ser acessado na íntegra no site da Câmara¹.

Considerando a proposta da pesquisa, é que se garantiu como principal produto de pesquisa, um Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação de aplicativo para Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Anajás para cadastramento das famílias ribeirinhas, bem como dispor de informes e orientação no processo de Organização Social para cadastramento de associações e cooperativas. Após apresentação no legislativo, expondo ideias e mostrando a realidade sobre a qual os ribeirinhos/peconheiros estão imersos e com aprovação da Casa por unanimidade, ficou aprovado o Projeto de Lei nº 01/2020, em 26 de abril de 2020, que dispõe:

Art.1º. Fica AUTORIZADO no âmbito deste município de Anajás-PA, a criação e manutenção de aplicativo para a Secretaria de Agricultura e Secretaria de Meio Ambiente, no objetivo de cadastrar todos os extrativistas, agricultores, coletores, pequenos produtores e fazendeiros rurais, deste município de Anajás-PA no intuito de mapear e melhorar a produção de renda de nossos munícipes.

Art.2º. Os objetivos do aplicativo serão:

- I - Promover o relacionamento entre as instituições de agricultura e meio ambiente e os cadastrados pelo benefício no meio rural;
- II - Desenvolver ações para cadastramento e configuração do perfil econômico do município;
- III - Criar mecanismos capazes de proporcionar a execução de Projetos para viabilização da produção e geração de renda;
- IV - Promover o desenvolvimento social, econômico e cultural de produtores rurais e suas comunidades;
- V - Proporcionar informação relativas à segurança alimentar;
- VI - Criar mecanismo necessários para execução de projetos no âmbito municipal, buscando recursos nos órgãos estaduais e federais;
- VII - Facilitar informes para a legalização das Associações e Cooperativas, bem como meios de acesso ao PRONAF, financiamento federal.

¹Disponível em: https://camaraanajas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/projeto-01_2020-Thay-Fonseca.pdf.

CONCLUSÃO

Existe grande ausência de políticas públicas nas comunidades pesquisadas, sejam elas de inclusão social das famílias e dos jovens, ou de acessos a projeto de desenvolvimento sustentável para melhor organização social e manejo adequado das áreas. A falta de acesso a incentivos cooperativista, por meio de financiamentos via Banco da Amazônia, ou parcerias com Banco do Estado, está atrelada aos reduzidos números de servidores da EMATER, bem como ausência da Secretaria do Estadual de Agricultura e Abastecimento do Pará e demais Secretarias estaduais de Assistência Social e Meio Ambiente, uma vez que ambas possuem excelentes projetos para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas e para o aumento da cadeia produtiva do açaí.

Projetos esses que se tornam inacessíveis às classes mais vulneráveis, ficando apenas no papel, ou acessíveis àqueles que conseguem ter acesso às próprias Secretarias para obter informação. O que não é possível a esses ribeirinhos que sofrem com os meios de transporte para chegar à capital do Estado, devido aos valores de passagens e a outras despesas, ficando, assim, estes à disposição dos que detêm o capital, ou seja, as geleiras e/ou atravessadores.

Foi possível detectar a ausência de políticas públicas nas comunidades pesquisadas, sejam elas de inclusão social das famílias e dos jovens, ou de acessos a projeto de desenvolvimento sustentável para melhor organização social e manejo adequado das áreas.

A falta de acesso a incentivos cooperativista, por meio de financiamentos via Banco da Amazônia, ou parcerias com Banco do Estado, está atrelada aos reduzidos números de servidores da EMATER, bem como ausência da Secretaria do Estadual de Agricultura e Abastecimento do Pará e demais Secretarias estaduais de Assistência Social e Meio Ambiente, uma vez que ambas possuem excelentes projetos para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas e para o aumento da cadeia produtiva do açaí.

Projetos esses que se tornam inacessíveis às classes mais vulneráveis, ficando apenas no papel, ou acessíveis àqueles que conseguem ter acesso às próprias Secretarias para obter informação. O que não é possível a esses ribeirinhos que sofrem com os meios de transporte para chegar à capital do Estado, devido aos valores de passagens e a outras despesas, ficando, assim, estes à mercê dos que detêm o capital, ou seja, as geleiras e/ou atravessadores.

Assim, diante do que foi apresentado, o estudo alcançou seu objetivo proposto em virtude do que este se propôs em avaliar o método tradicional de organização familiar e comunitária de comunidades ribeirinhas, identificando as necessidades de políticas públicas e fomentos para agricultura familiar. Além disso, esta pesquisa apresenta implicações para teoria e prática. Para teoria, visa a promoção da ampliação dos debates sobre o tema aqui retratado, principalmente para outros pesquisadores da área. Para a prática, o mesmo pode ajudar a auxiliar gestores locais na tomada de decisão quanto a formulação de políticas públicas para as comunidades de agricultores que trabalham com o cultivo do açaí.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. P., *et al.* Quando o Açaizal se transforma em Sistema Agroflorestal: diálogo de saberes na construção de sistemas de produção sustentáveis em comunidade do Nordeste Paraense. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, p. 1, 2018.

ARAÚJO, C. T.; N. L. F. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaizeiro (*Euterpe Oleracea* Mart.) no estuário Amazônico: sistemas de manejo e suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 10, n. 1, 2015.

BRASIL. **Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 8 fev. 2007, Seção 1, p. 316.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão SPU. **O Ribeirinho e seu território tradicional**. Regularização fundiária em terras da União. 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160805_cartilha_spu.pdf. Acessado em: 5 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16/06/2009**: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2478043>. Acessado em: 3 fev. 2023..

BORGES, A. C. M. R., *et al.* Diálogo, reflexão e planejamento para a mudança de práticas agrícolas na Amazônia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, p. 1-6, 2018.

FALEIROS, V. P. A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais. São Paulo: Cortez, 175p. v. 1. 1980.

GOMES, E. M. S. Estratégias organizacionais como fator de indução do desenvolvimento de potencialidades regionais: um estudo sobre o agronegócio do açaí de Codajás. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. 2010. Acesso em: 4 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. 2015. Acesso em: 4 nov. 2018.

KNECHTEL, M. R. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: **Intersaberes**, 2014. 193 p.

MOTA, L. A. (Org.). **Capitalismo contemporâneo: olhares multidisciplinares**. Campina Grande: Eduepb, 2014.

OLIVEIRA, M. S. P.; SCHWARTZ, G. Açaí - Euterpe oleracea. **Exotic Fruits**, p. 1-5, 2018.

PARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. Agrícola do Pará 2010/2018. Açaí. Disponível em: <http://www.sedap.pa.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2020.

PRÓ-AÇAÍ – PA. Belém: SEDAP, 2016. Disponível em: http://www.sedap.pa.gov.br/sites/default/files/PROGRAMA_PRO_ACAI.pdf. Acesso em: 5 set. 2020.

QUARESMA, A. P., *et al.* Composição florística e faunística de quintais agrofloretais da agricultura familiar no nordeste paraense. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, v. 10, n. 5, p. 76-84, 2015.

SILVA, M. DORNELAS, L. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42. 2017.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973.

YAZBEK, M. C. O Desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social. (2016). **Argumentum**, 8(1), 6–13.